



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

**ATA DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO**

**LOCAL:** 8º andar da SES

**DATA:** 13 de setembro de 2018

**HORÁRIO:** 09h

**PRESENTES À REUNIÃO**

**SES:** Lourdes de Costa Remor (CIB), Jean Carlo Pederneiras Dieckmann (GETIN), Fernando Oto dos Santos (SUH), Fábio Antônio de Souza (GECO), Helma Finta Uba (GEPRO), Carmem Regina Delziovo (GEABS), Hanna K. dos S. Jacques Barcelos (GEARS), Winston Zomkowski (SUVIS), Patrícia Palladini (Gersa Sul), Grace Ella Berenhauser (SUG), Jaqueline Reginatto (SUR/ATPCD), Sabrina Vieira da Luz (SUR/ATPCD), Marcus Aurélio Gukert (GEP), Kátiuscia G. Pereira (GECO), Lilian Bradfield (GEP), Grasiela Garret da Silva (DEPS), Paulo Orsini (DEPS), Jocelio Voltolini (CSDGF).

**COSEMS:** Diogo Demarchi Silva (COSEMS), Edenice Reis da Silveira (Florianópolis), Rodrigo Duarte (Itajaí), Márcia Adriana Cansian (Botuverá), Uíara Rautenberg Silva (Blumenau), Odila Maria Waldrich (Lages), Simone A. de Souza (Joinville), Claiton Camargo de Souza (Lages), Cleci Fátima da Silva (Blumenau), Maristela Bisognin Santi Rocha (Chapecó/SMS); Sabrina da Silva de Souza (São José/SMS), José Luis Garcia (Camboriú/SMS), Lilian Venâncio Nolla da Silva (Araranguá/SMS), Karin Batista L. (Luiz Alves/SMS), Jeane Carla de Oliveira (Chapecó/SMS), Joice Corrêa Gomes (Joinville/SMS), Mônica Daniele Pasold Riboloi (Jaraguá do Sul/SMS), Gizília Kuester (Jaraguá do Sul/SMS).

**COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: GRACE ELLA BERENHAUSER**

**PAUTA**

1. Diretrizes Estaduais da Saúde Auditiva (Jaqueline Reginatto);
2. Instrumento de programação pactuada integrada em SC - MAXPPI/Sistema desenvolvido pela SES" (Getin);
3. Instrumentos Financeiros entre os municípios: Lei 141/2012 (Cosems);
4. Pactuações Interestaduais (Fabinho e Grace);
5. Revisão do Pacto de Gestão (Fabinho);
6. Repactuação dos hospitais da SES conforme Termos de Compromisso Ambulatorial;
7. Exames de alta complexidade da oncologia (produção excedente) pagos pela prefeitura para o UNACON. (Ata da CIB: Celso Dellagustina);
8. Hospitais credenciados.

**1. DIRETRIZES ESTADUAIS DA SAÚDE AUDITIVA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

48 Jaqueline Reginatto e Sabrina apresentam a mudança de fluxo das diretrizes da  
49 saúde auditiva. Diogo, assessor técnico do Cosems solicita que a coordenação de  
50 saúde auditiva faça um texto com orientações para ser encaminhado aos  
51 municípios.

52 **Encaminhamentos:** Levar a proposta para aprovação na CIB.

53

54

**2. MAX-PPI**

55 Jean Carlos, Gerente da Getin da SES, informa que na próxima reunião apresentará  
56 o escopo da planilha/programa da programação pactuada e integrada. Fábio de  
57 Souza, Gerente de Controle e Avaliação, cita que está trabalhando diretamente com  
58 a Getin, pensando na programação e nos municípios. Edenice Silveira de  
59 Florianópolis questiona sobre a publicação da planilha da PPI Hospitalar que a SES  
60 prometera colocar no site e ainda não está disponível. Uíara de Blumenau refere  
61 que fez uma reclamação sobre o site da SES na Ouvidoria e não obteve resposta.  
62 Jean Carlos coloca o seu telefone a disposição dos membros da Câmara Técnica  
63 para quaisquer esclarecimentos: 3664 7327.

64 **Encaminhamentos:** O Escopo será apresentado na próxima reunião da C.T. Jean  
65 Carlos verificará a reclamação de Blumenau quanto ao site. E Fábio de Souza  
66 disponibilizará a planilha da PPI Hospitalar..

67

68

**3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS ENTRE OS MUNICÍPIOS: LEI 141/2012**

69 Diogo Demarchi informa que serão debatidos no Conasems, os aspectos legais e  
70 operacionais da Lei 141/2012. Diogo, na reunião do Consórcio em que estavam  
71 presentes, três representantes do TCE, questionou sobre a legalidade do repasse  
72 intermunicipal e outros da Lei 141. O TCE orientou que se faça consulta ao Tribunal  
73 de Contas, por meio do poder executivo – deve ser pelo prefeito. A média na  
74 obtenção da resposta é de 06 meses. Florianópolis já consultou sobre a  
75 transferência entre os municípios e está aguardando a resposta, segundo Edenice  
76 Silveira. Edenice cita que o TCE acolheu a solicitação e informa que o acórdão sairá  
77 até o fim de ano de 2018. Seria bom que outros municípios fizessem a consulta  
78 para pressionar as discussões no TCE.. Diogo cita que as discussões acerca da Lei  
79 141 serão realizadas durante do processo de construção do planejamento  
80 regionalizado. Diogo buscará o modelo que Florianópolis encaminhou ao TCE para  
81 encaminhar aos municípios – para que o executivo de cada município também o  
82 faça.

83 **Encaminhamentos:** Continue em pauta.

84

85

**4. PACTUAÇÃO INTERESTADUAL**

86 Grace Ella Berenhauser, Superintendente de Gestão e Planejamento, informa que  
87 a SES (Grace Berenhauser e Fábio de Souza), juntamente com Diogo Demarchi do  
88 Cosems estiveram no Paraná, no início de setembro de 2018, participando de uma  
89 reunião com a CIB do Paraná, municípios do PR e municípios do Norte e Nordeste  
90 de SC e secretário de Estado da Saúde do Paraná, para equacionar e entender  
91 alguns problemas de pactuação interestadual. Grace informa que até 15 de outubro  
92 de 2018, SC deverá levar um encaminhamento a outra reunião sobre a produção e  
93 pactuação. Fábio de Souza informa que o que ocorreu na reunião com o Paraná.  
94 Fábio de Souza informa que o Paraná tem muito recurso e não possui produção e,  
95 portanto, aceita os pacientes de SC que procuram o Paraná. Diogo Demarchi refere



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

96 que o Secretário de Estado Nardi levou na reunião toda a sua equipe técnica e que,  
97 pelo menos dois hospitais, Nossa Senhora do Rocil e o Angelina Caron no Paraná,  
98 possuem muitos leitos e recebem muito recurso do Ministério da Saúde e  
99 necessitam apresentar produção para não baixar a série histórica. Diogo cita ainda  
100 que o Ministro Ricardo Barros é do Paraná e investiu muito dinheiro naquele  
101 Estado. Diogo coloca que as Regiões Norte e Nordeste estão solicitando  
102 ressonância magnética e cirurgia bariátrica no Paraná. Questiona se isso é possível  
103 já que SC dispõe desses serviços. Diogo cita ainda que o Cosems não apoiará  
104 pactuação com Paraná de serviços que existem em SC, a não ser nas situações  
105 como Pato Branco, que é bem mais próximo para o paciente que Chapecó ou São  
106 Miguel do Oeste. Diogo informa que constataram que existem muitos contratos  
107 paralelos com Paraná, entre municípios de SC com Paraná. Que SC leva paciente  
108 em “veículo VAN” para o Paraná freqüentemente. Márcia Cansian de Botuverá  
109 menciona a cardiologia da Região do Médio Vale, que muitos pacientes de  
110 Botuverá foram para o Paraná porque não tinham acesso na referência em  
111 Florianópolis. Algumas referências estavam em Itajaí e Itajaí informou que  
112 desconhecia. Márcia cita que solicitava a devolução do não atendimento para poder  
113 encaminhar para o Paraná, em especial, a cardiologia. Fernando Oto dos Santos,  
114 Superintendente dos Hospitais Públicos solicita aos municípios que tiverem acesso  
115 negado nas referências que documentem à SES.

116 **Encaminhamentos:**

117

118 **5. RECURSO MAC – OFTALMOLOGIA**

119 Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação da SES, cita que os tetos  
120 voltariam ao zero e tudo seria reprogramado. Recurso R\$ 25.578.242,40. Per capita  
121 R\$ 3.66. R\$ 2.131.520,20/mês. Edenice Silveira sugere que as regiões sejam  
122 orientadas.

123 **Encaminhamentos:** Levar para aprovação na CIB a programação da oftalmologia.  
124 E retificar a Deliberação 200/2016, até a aprovação no Plano.

125

126 **6. PACTUAÇÃO INTERESTADUAL**

127 Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação da SES, apresenta o pleito de  
128 Matos Costa, de mudança da referência da oncologia de Joaçaba para Porto União  
129 e da TRS, saindo de Videira para União da Vitória. Solicitação de Rio Negrinho  
130 para pactuação interestadual também (no Paraná) e outros municípios do Planalto  
131 Norte. Karin Geller cita que há discussões entre Paraná e Rio Grande do Sul sobre  
132 as pactuações. Também foi lembrada a situação dos acessos no hospital Angelina  
133 Caron em Curitiba, que todos tem acesso com facilidade e que a SES tem feito  
134 vistas grossas a isso. Karin lembra que o Paraná tem um olhar diferenciado do MS  
135 em relação aos custos. Diogo refere que é necessário discutir isso, porque lá se  
136 consegue com facilidade e em SC têm-se tantas dificuldades. Isso faz com que SC  
137 não tenha série histórica, mas por outro lado, é um usuário que precisa do  
138 atendimento, principalmente na cardiologia. Odila Maria Waldrich de Lages coloca  
139 que concorda com a situação mencionada por Márcia Cansian. Mas cita que,  
140 muitos pacientes estão indo ao Paraná com disponibilidade de referência em SC.

141 Encaminhamentos: Aguardar até 15 de outubro de 2018, próxima reunião. O Sul  
142 também informa que naquela Região, muitos vão procurar atendimento no Paraná.  
143 Diogo Demarchi lembra que em SC, alguns serviços foram habilitados sem o



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

144 cumprimento dos critérios como São Miguel do Oeste e Rio do Sul. Chapecó  
145 solicita que os exames no termo da oncologia sejam separados, a cota do adulto e  
146 da pediatria distintamente. Grace Ella Berenhauser informa que os gestores e  
147 prestadores terão que assinar o termo de compromisso antes do processo de  
148 habilitação ser encaminhado ao MS. São José questiona como o Paraná pode  
149 atender todo mundo. Que essa situação tem que ser revista. Fábio de Souza  
150 menciona novamente que muitos municípios possuem contrato com o Paraná.  
151 Hanna Karine Barcelos lembra que em 2000, o TFD ia todo para o Paraná e Rio  
152 Grande do Sul. Quando Curitiba criou o código de transação, SC não teve mais  
153 acesso à Curitiba. Informa que os Hospitais Rocil e o Caron possuem contratos  
154 especiais, à parte, antigos, que não entram no teto do Paraná. Hanna Karine  
155 sugere que SC deve fortalecer os serviços de SC. Edenice Silveira sugere que o  
156 planejamento da SES deveria pesquisar mais profundamente como funciona o SUS  
157 no Paraná, pelo menos, algumas situações. Que SC deveria construir um plano  
158 estratégico, de intervenção, para ver como Paraná faz e não. Grace Ella  
159 Berenhauser questiona se isso não é um problema de controle e avaliação. Reforça  
160 que SC tente diagnosticar o trabalho realizado pelo Paraná. Rodrigo Duarte de  
161 Itajaí pensa que o município, a regional e a CIR devem estar com o município pleno  
162 e o estado presente para resolver esses problemas de referências. Que em Itajaí,  
163 ampliaram o número de cirurgia, mas não conseguem dar conta dos exames. Cita  
164 que Camboriú não quer produzir com o recurso do MAC, somente com o FAEC.  
165 Grace Ella Berenhauser lembra que Camboriú estava com o hospital fechado. O  
166 mesmo aconteceu com Dionísio Cerqueira que não produziu. Helma Finta Uba,  
167 Gerente de Processamento, cita que Dionísio Cerqueira não produziu, alegando  
168 que não recebeu orientações que alguém deletou os dados dos computadores para  
169 prejudicá-los. Diogo Demarchi coloca que é impossível que os municípios não  
170 tivessem conhecimento. Márcia Cansian responde ao Rodrigo Duarte com relação  
171 às cirurgias de Camboriú, que o Secretário de Itajaí Celso Dellagiustina insistiu na  
172 aprovação do recurso de custeio de MAC para Camboriú. Referente ao projeto  
173 apoiador do Cosems, Patrícia Palladini da Gerência de Saúde de Araranguá apóia  
174 o projeto e cita que os apoiadores recebem informações antes que as regiões de  
175 saúde.

176 **Encaminhamentos:** Aguardar a reunião de 15 de outubro de 2018.

177

178 **7. REVISÃO DO PACTO DE GESTÃO**

179 Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação da SES, informa que alguns  
180 municípios ainda estão com serviços sob a gestão da SES e com o teto maior, pois  
181 receberam a descentralização do recurso, mas não executaram. Fábio de Souza  
182 refere que fará o levantamento da produção dos hospitais que estão sob a gestão  
183 estadual e fará a média da produção conforme metodologia estabelecida. Mostrará  
184 o percentual alocado no município o quanto o hospital está produzindo. A planilha  
185 com a produção levantada servirá para subsidiar as discussões da PPI  
186 Ambulatorial. Diogo refere que discutirá tecnicamente, mas já adianta que sabe que  
187 a SES não permite mexer no teto da SES. Fábio de Souza cita que essa planilha  
188 mostrará, com certeza, que haverá necessidade de remanejamentos dos  
189 municípios para a gestão estadual. O teto é da MAX-PPI. Não entra CAPS e  
190 outros. Essa produção lembra Fábio de Souza, 31% fica na gestão estadual e 69%  
191 fica na gestão municipal. Diogo solicita que esse assunto vá para discussões e



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

192 encaminhamentos na reunião prévia da CIB. Edenice Silveira pensa que a hora  
193 que for aprovada a metodologia, a SES fará o ajuste automaticamente. Edenice  
194 lembra que a SES não faz prestação de contas da PPI, do recurso do MAC. Cita  
195 como exemplo, que o município passa para a SES realizar 10 consultas de  
196 nefrologia e a SES faz 02. E o recurso? Diogo Demarchi cita que os hospitais  
197 passaram para a gestão municipal e ficaram de ser avaliados.

198 **Encaminhamentos:** Levar para a reunião prévia da CIB. Fábio de Souza  
199 disponibilizará a planilha da PPI Hospitalar no site da SES. Fábio de Souza  
200 encaminhará para a Secretaria da CIB e Assessoria do Cosems, a planilha aqui  
201 apresentada, para ser encaminhada aos municípios.

202

203 **8. REPACTUAÇÃO DOS HOSPITAIS DA SES CONFORME TERMOS DE COMPROMISSO**  
204 **AMBULATORIAL**

205 Fábio de Souza coloca sobre a pactuação dos hospitais da SES. A SES criou os  
206 termos de compromisso/planos operativos. Cita que será aberta a oferta das  
207 consultas para os 295 municípios na central de regulação. Atualmente, há a oferta  
208 semanal na central de regulação. Diogo pensa que é necessário estabelecer  
209 critérios, pois a demanda pode ser grande. Diogo sugere mais um tempo para uma  
210 avaliação mais aprofundada de como serão ofertadas essas consultas na central  
211 de regulação da SES. Aguardar até 10 de outubro de 2018.

212 **Encaminhamentos:** O Cosems discutirá com os municípios e trará para a Câmara  
213 Técnica de Outubro de 2018 as sugestões. Grace Ella cita que trabalhará junto à  
214 SUH para a conclusão dos planos operativos dos hospitais da SES.

215

216 **9. EXAMES DE ALTA COMPLEXIDADE DA ONCOLOGIA (PRODUÇÃO EXCEDENTE) PAGOS**  
217 **PELA PREFEITURA PARA O UNACON. (ATA DA CIB: CELSO DELLAGIUSTINA).**

218 O tema veio para a Câmara Técnica, resultado de solicitação do Secretário de  
219 Itajaí, Celso Dellagiustina, com relação ao pagamento da produção excedente de  
220 exames de alta complexidade, sobretudo na oncologia. Grace Ella Berenhauser  
221 informa que o UNACON é responsável pelas ressonâncias. Rodrigo Duarte,  
222 representante de Itajaí informa que em Itajaí, as ressonâncias são pagas pelo  
223 Município de Itajaí. Fábio de Souza esclarece que o encontro de contas na  
224 oncologia refere-se à quimioterapia, radioterapia e cirurgia oncológica. Márcia  
225 Cansian refere que o Secretário Celso Dellagiustina colocou esse assunto somente  
226 na reunião na prévia e não no plenário da CIB. A Secretária da CIB cita que lembra  
227 que o Secretário falou, pois registrou em Ata. Edenice Silveira coloca que, na  
228 Câmara Técnica de Regulação foi orientado e salientado, que o paciente  
229 oncológico que necessitar de uma ressonância magnética, o UNACON terá que  
230 agendar e realizar o exame e não encaminhar o paciente para o município. Edenice  
231 lembra que está na Deliberação dos fluxos da oncologia ambulatorial, na  
232 regulação. Diogo cita que o fluxo estabelecido pela regulação é o correto e deve  
233 ser respeitado. Fábio de Souza lembra que atualizou os termos da alta  
234 complexidade da cardiologia e da oncologia e que na cardiologia, dobrou a  
235 produção e na oncologia, utilizou a Portaria MS 140. Rodrigo Duarte acredita ser  
236 necessário discutir o Plano Operativo com a SES. Grace Ella Berenhauser cita que  
237 a SES tem que participar da discussão do Plano Operativo do Hospital. Sugerido  
238 marcar para o dia 20 de setembro às 09h, uma reunião do Grupo de controle e



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

239 avaliação. É necessário ver esses aspectos também. O Cosems formalizará à SES,  
240 os itens para as discussões.

241 **Encaminhamentos:** reunião dia 20 de setembro de 2018 com o Grupo de Controle  
242 e Avaliação, às 09h, no 8º andar da SES.

243

244 **10. CIRURGIA ONCOLÓGICA NO HOSPITAL DE CARIDADE**

245 Edenice Silveira coloca sobre as cirurgias oncológicas no Hospital de Caridade,  
246 Que já conversou com a Superintendente de Regulação. O Município fará o  
247 encontro de contas com a SES até a habilitação do Hospital de Caridade.

248 **Encaminhamentos:** Levar para a reunião da CIB para aprovação.

249

250 **11. HOSPITAIS CREDENCIADOS**

251 Grace Ella Berenhauser informa que foi dado um prazo até 30 de junho de 2018  
252 para os hospitais contratualizarem. No Estado, são 11 hospitais que não fizeram e  
253 estão proibidos de receber recurso pela SES. A Consultoria Pública emitiu parecer  
254 jurídico proibindo os atendimentos nesses hospitais. Esses hospitais não possuem  
255 consultas. Como os pacientes chegam?

256

257 **PRÓXIMAS**

- 258 • Equipamentos cedidos/convênios pela SES para Hospitais e municípios
- 259 (geconv/Cláudia);
- 260 • Plano da Oftalmologia (será feita prévia com o Cosems);
- 261 • SVO;
- 262 • Atualização do Plano de Urgência e Emergência (PAR).
- 263 • Consórcios (proposta de Deliberação).
- 264 • Portaria 141 (permanente para informe)

265

266

267

Lourdes de Costa Remor  
Secretária da Comissão IntergestoresBipartite